



## COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO NO BRASIL

### FAIR TRADE SYSTEM AND SOLIDARITY IN BRAZIL

Mayara Carla Marques, Instituto Federal da Paraíba, Brasil, mayaracarlamarques@gmail.com

Tatiana Losano de Abreu, Instituto Federal da Paraíba, Brasil, tatiana.abreu@ifpb.edu.br

#### Resumo

O comércio justo caracteriza-se como alternativa ao modelo tradicional de comercialização, capaz de modificar a realidade do envolvidos em seu processo. Diante disto, o objetivo do trabalho foi analisar a importância do comércio justo e solidário no Brasil, bem como avaliar se o mesmo se fortaleceu ao longo dos anos no país. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo por meio de um levantamento bibliográfico. Após analisar a literatura encontrada, verificou-se que as práticas do sistema apresentaram contribuições de importância tanto em questões ambientais, como sociais. Sobre o fortalecimento, apresentou destaque para a produção e comercialização do algodão, café e laranja. Concluiu-se que apesar dos benefícios da aplicação do sistema, não há amplitude de conhecimento sobre o conceito de comércio justo entre a população nacional. Ainda, há poucos avanços sobre a temática na literatura nacional sendo tal fato considerado com barreira para coleta de dados recentes.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; Comercialização; Desenvolvimento Local; Análise de Conteúdo.

#### Abstract

Fair trade is characterized as an alternative to the traditional model of trade, capable of modifying the reality of those involved in its process. Therefore, the objective of the study was to analyze the importance of fair trade in Brazil, as well as to evaluate whether it has been strengthened over the years in the country. For that, an exploratory-descriptive research was carried out by means of a bibliographical survey. After analyzing the literature, it was verified that the practices of the system presented important contributions on both environmental and social issues. Regarding the strengthening, it was highlighted the production and commercialization of cotton, coffee and orange. It was concluded that despite the benefits of applying the system, there is no breadth of knowledge about the concept of fair trade among the national population. Still, there are few advances on the subject in the national literature, being considered a barrier to the collection of recent data.

**Keywords:** *Solidarity economy; Commercialization; Local Development; Content Analysis.*

#### 1. INTRODUÇÃO

O Sistema Comércio Justo e Solidário (SCJS) é uma parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca garantir um espaço de comércio aos produtores que, principalmente no Brasil, estão vinculados à produção via Economia Solidária. Esta estrutura comercial contribui para o desenvolvimento da economia solidária por meio de melhores condições de troca e a garantia dos direitos para produtores e trabalhadores marginalizados (SEBRAE e Scheneider, 2012).

Segundo a *Fair Trade Labeling Organization* (FLO), Organização internacional responsável pela certificação no SCJS, esse sistema apresenta-se como abordagem alternativa ao comércio convencional, baseado na parceria entre produtores e consumidores. Assim, tais produtores podem vender em condições de Comércio Justo, proporcionando-lhes melhores termos de troca, dando-

lhes a oportunidade de melhorar suas vidas e planejamento do seu futuro (FLO, 2009), assim como os consumidores “conscientes” têm a oportunidade de comprar produtos certificados como “socialmente corretos”. Desta forma, para que os produtores interessados sejam inseridos nesta rede de comercialização, é preciso que sigam alguns critérios que, em grande parte, estão relacionados à questões sociais e ao processo produtivo dos bens, como o fato de conseguir preços de venda justos, além de contribuir para o desenvolvimento das regiões nela inseridas,(FLO Fairtrade International, 2013); (SEBRAE e Scheneider, 2012a, 2012b).

Em aspecto mundial, entre 1960 e 1970 teve início às organizações pioneiras no estabelecimento de parcerias entre produtores de países em desenvolvimento e o comércio justo. A partir dessas organizações, a produção passa a ser vendida através de “lojas mundiais” e rede de cidadãos. As organizações vinculadas ao SCJS já eram também denominadas de “organizações de negócios alternativos” (ATOs) (Moore, 2004) e, a sua estrutura internacional foi se aperfeiçoando e se proliferando nos mais diversos mercados do mundo (Friant, 2016). Como exemplo desta expansão, tem-se que atualmente existem mil trezentos e quarenta e nove organizações certificadas e licenciadas distribuídas pela África, Ásia, Europa, América Latina e Caribe, América do Norte e Oceania, de acordo com dados obtidos através da plataforma digital da FLO (2018). Para tanto, desenvolveu-se uma estrutura que articula produtores e comerciantes conscientes através de um selo “FairTrade” (Comércio Justo, em tradução).

No Brasil, seu desenvolvimento efetivo se deu principalmente na década passada (SEBRAE & Scheneider, 2012a, 2012b). De acordo com o FLOCERT ou FLO-cert, organismo de certificação do Fairtrade, existe no Brasil, atualmente, setenta e oito entidades certificadas, atuando com oito tipos de produtos diferentes, com destaque para o café, por envolver no processo, quarenta e nove atores, que vão desde produtores, até distribuidores (Flocert, 2017).

Apesar do evidente crescimento do número em envolvidos do SCJ no país, a literatura acadêmica que trata sobre esse tema ainda é incipiente, porém, essencial para o maior entendimento da sua evolução como forma alternativa de comercializar. Nesse contexto, o objetivo da presente pesquisa foi analisar a importância e o fortalecimento do SCJS no Brasil através do resgate da literatura acadêmica que tratou deste tema entre 2007 e 2017. Para tanto, esta pesquisa se propôs a realizar uma revisão integrativa sobre a temática, através de duas questões norteadoras: Qual a importância do Comércio Justo e Solidário no Brasil? Como o Comércio Justo e Solidário está se fortalecendo no Brasil?

## **2. METODOLOGIA**

Este estudo teve caráter exploratório-descritivo, uma vez que se utilizou de levantamento bibliográfico para buscar informações e caracterizar o tema delimitado (Prodanov & Freitas, 2013). Utilizou-se da abordagem qualitativa, que, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009), preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Para o levantamento bibliográfico, o método utilizado foi a revisão integrativa, método que possibilita identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto (Silveira e Galvão, 2005), sendo considerada um meio para desenvolver revisão de literatura na esfera organizacional (Botelho, Cunha, e Macedo, 2011), para realização da referida revisão, fez-se necessário seguir algumas etapas, descritas na Figura 1.

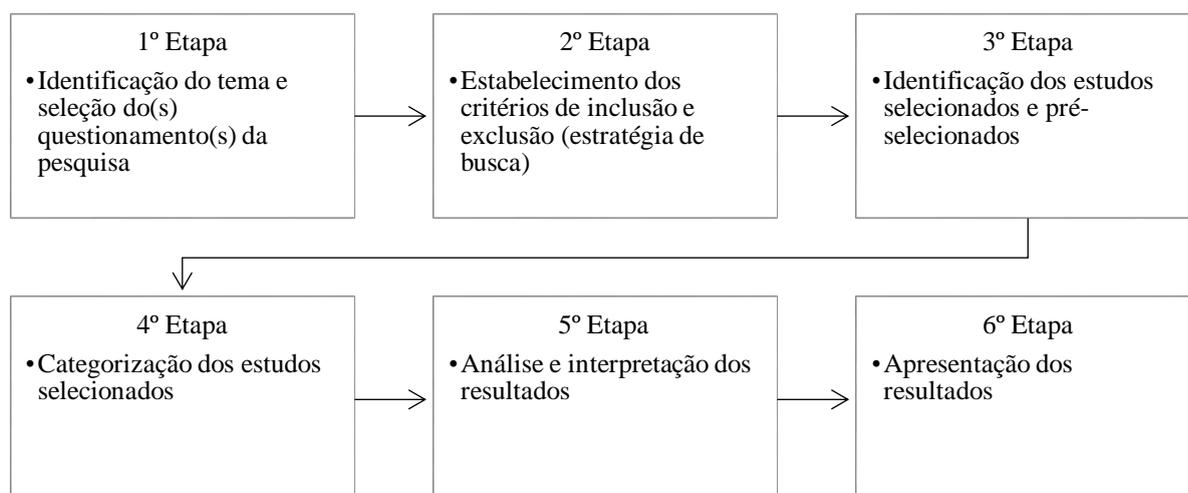


Figura 1. Processo de revisão integrativa, retidado de Botelho et al. (2011).

Foram estabelecidas duas questões que nortearam, de modo que possibilitou o aumento no escopo e maior enriquecimento sobre o tema em questão. São elas: Qual a importância do Comércio justo e Solidário no Brasil? E, Como o Comércio Justo e Solidário está se fortalecendo no Brasil?

Diante do interesse de captar o avanço da discussão acadêmica sobre o Comércio Justo no Brasil, a definição da estratégia de busca foi traçada a partir da utilização do Periódico Capes. Esta base de pesquisa se caracteriza pelo seu caráter puramente acadêmico, uma vez que, de acordo com Oliveira, (2006), o periódico científico é considerado o principal canal de acesso e divulgação da informação científica, sendo considerado um dos maiores meios de pesquisa científica.

A seleção das palavras-chaves se deu tendo por base a estrutura do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário – SBCJS, descrita em detalhes pelo SEBRAE e Scheneider, (2012a, 2012b). Este material se tornou relevante por ser o primeiro amplamente publicado e divulgado no ano subsequente ao estabelecimento do SBCJS, com o objetivo de descrever em detalhes este sistema. Desta forma, com vistas a ampliar a pesquisa, foram elencadas como palavras-chaves os grupos/organizações vinculadas ao SBCJS.

Para tanto, não houve exclusão de idiomas, e estabeleceu-se inicialmente 52 palavras chaves, que além dos grupos/organizações, ainda termos do objeto de estudo como o próprio “Comércio Justo”. A partir da seleção inicial no Periódico CAPEs, foram encontradas um total de 62.694 publicações. No entanto, após a primeira dos estudos pré-selecionados, houve redução considerável desse quantitativo, conforme descrito no Quadro 1.

Ainda como critérios de seleção, o material coletado foi àquele pertencente à área da ciência social e aplicada, publicados entre 2007 e 2017. A escolha deste período se deu em virtude da oficialização do “Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário – SBCJS” a partir de 2006 (SEBRAE e Scheneider, 2012a, 2012b).

<b>PALAVRAS CHAVES</b>	<b>SIGNIFICADO/IMPORTÂNCIA</b>	<b>Nº DE ARTIGOS ENCONTRADOS</b>	<b>Nº DE ARTIGOS ANALISADOS APÓS EXCLUSÃO QUALITATIVA DAQUELES QUE FOGEM DO TEMA CENTRAL DA PESQUISA</b>
Comércio Justo	Objeto de estudo	43	08

Fair Trade	Objeto de estudo em inglês (termo amplamente utilizado)	839	01
Economia Solidária	Forma de produção característica do CJS	192	01
Rede EcoVida de Agroecologia	Espaço de articulação entre agricultores, cooperativas e grupos informais.	33	01
Mãos de Minas	Associação sem fins lucrativos, que oferece apoio aos artesãos.	90	01
Associação Mundareu	Organizações registradas como membros da WFTO.	01	01
ETFAM	Feira Anual do Mercado de Comércio Ético e Justo	05	01
APAEB	Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente	43	01

Quadro 1 – Palavras-chaves utilizadas na busca através do Periódico Capes - Brasil - 2017

Para analisar as referências coletadas, seguiu-se o método da análise de conteúdo que, de acordo com Caregnato e Mutti, (2006), tem como objetivo categorizar os conteúdos repetidos com uma sentença que melhor as representam. A análise do conteúdo se deu no período entre maio e setembro de 2017 e possibilitou a exclusão daquelas publicações que não contribuíam para responder a qualquer um dos questionamentos da pesquisa, resultando em 7 referências que foram, de fato, essenciais para a categorização e descrição dos resultados descritos a seguir.

### 3. RESULTADOS

#### 3.1 Categoria Síntese: Fortalecimento do Comércio Justo e Solidário no Brasil

Sob a luz da categoria acima enunciada, foi realizada a análise de conteúdo das referências encontradas na revisão integrativa e, aquelas que contribuíram de alguma forma com a resposta procurada, estão descritas no Quadro 2.

AUTOR/ANO	OBJETIVOS	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
Andrada, Cris Fernández e Sato, Leny /2014	Compreender as principais relações entre trabalho e política no cotidiano da rede Justa Trama	Revista <i>Psicologia &amp; Sociedade</i>
Bánkuti, Sandra Mara Schiavi; Bánkuti, Ferenc Istvan; Bouroullec, Melise Dantas Machado./ 2013	Compreender o processo de comércio justo de produção de laranja no norte do Paraná, especificamente no que diz respeito ao acopio dos produtores rurais em Maringá / PR	Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis
Bossle, Marília Bonzanini; Nascimento, Luís Felipe; Trevisan, Marcelo; Figueiró, Paola Schmitt./2012	Evidenciar como o Comércio Justo, por meio das suas exigências e princípios, pode contribuir para diminuir os efeitos das mudanças climáticas.	Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão

Frederico, Samuel e Barone, Marcela/2015	Analisar a inserção dos pequenos produtores da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D'Antas, Poços de Caldas (MG), no Comércio Justo	SOCIEDADE & NATUREZA
Ogasavara, Mário Henrique e Araujo, Antônia Laís Costa/2011	Identificar o Comércio Justo como um diferencial competitivo no processo de internacionalização da cooperativa Justa Trama	XXXV Encontro da ANPAD

Quadro 2 – Relação autor (es)/ano, objetivo (s) e local da publicação referente ao questionamento: “Qual a importância do Comércio Justo e Solidário no Brasil?”

Os artigos que contribuíram de alguma forma para responder os questionamentos da pesquisa foram desenvolvidos a partir de 2010, visto que é necessário um período de maturação para realizar pesquisas e publicações e o Sistema Comércio Justo Solidário Brasileiro se desenvolve e se fortifica a partir de 2006 com a instituição do “Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário – SBCJS”. O período de contribuição acadêmica sobre o a importância do CJS no Brasil foi entre 2011 e 2015.

É possível verificar que grande parte das publicações traz experiências concretas vinculadas ao SCJS brasileiro. Destacam-se duas delas, que tiveram como objeto de estudo a organização Justa Trama: Ogasavara e Araújo, (2011) e ainda Andrada e Sato, (2014). Segundo o site oficial da Justa Trama, seu objetivo está direcionado à articulação de empreendimentos solidário, por meio da cadeia produtiva de algodão ecológico, prevendo a geração de emprego e renda para os empreendimentos envolvidos diretamente, bem como as comunidades nas quais estes estão inseridos. Cerca de 600 trabalhadores de cinco estados brasileiros estão envolvidos na geração de renda, como: pequenos produtores do Mato Grosso do Sul e Ceará; coletores de sementes utilizadas em botões e biojóias em Rondônia; as fiadoras e tecedoras de Minas Gerais; e as costureiras do Rio Grande do Sul (JustaTrama, 2016).

Corroborando com SEBRAE e Scheneider, (2012a, 2012b), percebeu-se a evidente importância da produção agrícola dentro da estrutura do sistema brasileiro, com destaque na comercialização de café e laranja, estudados por Frederico e Barone (2015) e Bánkuti, Bánkut e Bourollec, (2013), respectivamente. Evidenciou-se, também, a importância dada à experiência da Cidade do Comércio Justo e Solidário, Fair Trade Town, de acordo com o estudo de Frederico e Barone, (2015). A cidade de Poços de Caldas, localizada no interior do Estado de Minas Gerais, foi considerada, no ano de 2012, a primeira cidade da América latina com certificação do comércio justo, em virtude da cadeia produtiva de café difundida tanto na cidade, quanto em toda região interiorana (Poços de Caldas, (2012).

Os artigos que contribuíram de alguma forma para responder os questionamentos da pesquisa foram desenvolvidos a partir de 2010, visto que é necessário um período de maturação para realizar pesquisas e publicações e o Sistema Comércio Justo Solidário Brasileiro se desenvolve e se fortifica a partir de 2006 com a instituição do “Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário – SBCJS”. O período de contribuição acadêmica sobre o a importância do CJS no Brasil foi entre 2011 e 2015.

Em geral, a análise crítica das publicações citadas acima possibilitou o diálogo acerca da importância do CJS no Brasil, com destaque na sua relação com o meio ambiente e com a sua contribuição social, que acabam por contribuir para a relevância do Comércio Justo brasileiro no mercado interno e internacional.

### 3.1.1 CJS e o Meio Ambiente

A rotina da agricultura tradicional possui relação de causa e efeito com o aumento da temperatura global, de maneira que as práticas de manejo inadequado tanto prejudicam o ambiente, quanto posteriormente é prejudicado por ele. A agricultura, em conjunto com a pecuária, sofre com este cenário, porém também é responsável pela sua situação de avanço das condições climatológicas, visto que a forma que se produz interfere no equilíbrio do meio ambiente (Assad e Pinto, 2008).

Nesse contexto, Bossle, Nascimento, Trevisan, e Figueiró, (2012) defendem a importância da produção agroecológica, comercializada e estimulada pelo SCJS, para o equilíbrio do meio ambiente. Os resultados de sua pesquisa sugerem que o Comércio Justo pode ser uma alternativa capaz de amenizar os efeitos nocivos da produção em grandes escalas e intensiva no uso de agroquímicos. Tal fato pode ser constatado ao longo do fragmento destacado aqui:

Por meio do pagamento de um preço equitativo e de relações comerciais de longo prazo, este comércio prioriza o meio ambiente e as pessoas, mantendo os produtores promove uma conscientização de que os impactos ambientais podem ser evitados pela capacidade que os consumidores possuem de escolher o que será consumido (Bossle, Nascimento, Trevisan, & Figueiró, 2012, p 13-14).

O estudo apresentado por Bánkuti et al., (2013), constatou que o processo do Comércio Justo na produção citrícola da cidade de Maringá (Paraná), é benéfico para o meio ambiente por cobrar uma produção “ambientalmente correta”, de forma que, as propriedades rurais nas quais há plantações, tiveram que passar por adequações ambientais, para que fosse possível a manutenção de boas práticas ao meio, a exemplo da redução do uso de agrotóxicos e combate a degradação do solo. As mesmas necessidades de adequações foram citadas por Ogasavara e Araújo, (2011), em relação aos produtores ligados a rede Justa Trama, onde está, além da utilização de insumo ecológico, produzido de forma “limpa”, ainda usa, por exemplo, tinta a base de pigmento natural a fim de descartar processo de coloração que degradem o meio ambiente.

Frederico e Barone, (2015) desenvolveram, em sua pesquisa de campo, um estudo sobre a Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D’Antas, que se localiza no município de Poços de Caldas, no sul de Minas Gerais. A Associação conseguiu certificar-se pelo SCJ em 2009, mas foi criada em 2004, como uma alternativa dos pequenos produtores à crise internacional do café das décadas de 1990 e 2000. Os resultados obtidos por eles sugerem que, em geral, as exigências requeridas mediante àqueles que obtém a certificação acabou por estimular o desenvolvimento e melhorias nas questões de manejo das propriedades agrícolas. Algumas das exigências requeridas foram: proibição de uso de agrotóxicos, substituição do uso de herbicidas pela atividade de roçar o mato, e o combate à erosão do solo.

Apesar das boas práticas para com o meio ambiente, notou-se ainda relativa escassez de informações mais substanciais que possam contribuir com o aprofundamento dessa temática, principalmente no que tange o uso, pelos agentes do SCJS, de fontes energéticas sustentáveis. Bossle et al., (2012) perceberam que este é um assunto difundido entre os colaboradores externos do movimento.

Existem alguns aspectos que merecem atenção e prioridade nas agendas das políticas públicas, como a questão energética. As organizações são dependentes de Investimentos estatais para suprir sua demanda, exceto se possuírem uma fonte renovável própria para a geração de energia, o que é inviável economicamente, ainda mais se tratando de pequenas empresas. Nesse sentido, no Brasil não são oferecidas alternativas para a compra de energia elétrica proveniente de outra fonte, o que pode ser um gargalo nesse processo (Bossle et al., 2012, p13-14).

Bánkuti et al., (2013), corroboram com Bossle et al., (2012) no que tange a escassez de políticas públicas que favoreçam os pequenos produtores no país. Desta forma, os estudos práticos atestam a relação do SCJS e meio ambiente, como estimulador de alternativas eficientes no combate aos danos ao meio ambiente, bem como ao fortalecimento de uma produção mais atenta e pautada nos princípios agroecológicos, mas a geração de energias renováveis e outras formas de produção sustentável, estimuladas viam políticas públicas, ainda são consideradas gargalos para esse mercado.

### **3.1.2 CJS e a Contribuição Social**

No contexto do comércio justo, foi possível detectar contribuições sociais no ambiente a qual estão inseridas as organizações envolvidas com o sistema. Andrada e Sato, (2014), ao tentarem compreender as relações entre trabalho e política da rede Justa Trama, relataram que, na época, a rede tinha capacidade de efetuar o pagamento de seus custos, facilitava o acesso a bens materiais e simbólicos importantes (como máquinas, equipamentos e cursos de formação continuada), gerando trabalho autônomo e aumentando a renda de seus associados. Os autores enfatizam a importância da contribuição social que a rede Justa Trama gera, por ela estar inserida em um setor de economia tradicional e altamente competitivo, que é o setor têxtil e de confecção. Esse setor é conhecido por condições insalubres de trabalho e por práticas ilegais e desumanas de exploração de mão de obra. “Os casos expressam, entre outras coisas, como a participação numa rede não capitalista permite aos trabalhadores antever ou amainar dificuldades que sem ela poderiam ser ainda mais ameaçadoras” (Andrada & Sato, 2014, p 8).

Nos resultados do estudo de caso de Bossle et al., (2012), foi possível localizar o caso da Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá (ADEC), umas das associações que participam da cadeia produtiva da Justa Trama, fornecendo parte da produção de algodão para a rede e parte para a Tênis, empresa francesa que comercializa neste mercado alternativo. No caso da ADEC, o fato de serem certificados pelo comércio justo influenciou nas melhores condições de trabalho e melhores condições econômicas para os produtores, que, após organizarem-se em associações e certificadas, conseguem negociar diretamente com a Justa Trama e a Tênis, reduzindo o número de intermediários, facilitando uma negociação mais humana e, fazendo com que a remuneração dos produtores seja considerada justa por eles. “Com a produção direta das cooperativas, consegue agregar valor a todos os elos da cadeia, com ganhos de 50 a 100% acima do mercado, fazendo assim acontecer uma justa distribuição de renda” (Bossle et al., 2012)

Situação parecida foi descrita por Frederico e Barone, (2015), ao estudarem a Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D’Antas (ASSODANTAS), criada em 2004. Esta organização, já em 2015, era constituída por cerca de 65 produtores de café das cidades de Poços de Caldas (MG) e Caconde (SP). Segundo os autores Frederico e Barone, (2015) o café da associação consegue ser vendido, pelo Comércio Justo, com uma margem de rendimento que chega, em média, a 30% acima do mercado convencional.

O motivo dos ganhos acima do mercado seria justificado pelo fato de que, antes de passar a ser comercializado através do SCJS, o café era vendido para corretores locais, sem seleção e classificação de qualidade, e abaixo do valor de mercado, cotado em bolsa. Estes corretores selecionavam o café, repassavam a compradores maiores que, só então, chegava até as exportadoras. Ou seja, no mínimo dois intermediários envolvidos no processo, de forma que os produtores não conseguiam transparência nas negociações, não classificava os grãos e não conheciam seu paradeiro.

A primeira venda de café certificado ocorreu em 2010, de 8.531 sacas, cerca de 60% atingiu a qualidade exigida para ser exportada pelo Comércio Justo. Por meio do SCJS, a associação conseguiu vender direto a exportadora, aumentando o ganho, como supracitado, gerando maiores rendimentos, eliminando os intermediários, acarretando em maior visibilidade da associação, assim, conseguiu despertar o interesse de outros produtores para unir-se a entidade (Frederico e Barone, 2015).

Em relação com CJS e sua contribuição social, é possível entender que tal movimento traz consigo ideais sociais marcantes, onde aqueles que nele estão inseridos conseguem alcançar vantagem que vão além da lucratividade, como é o caso da geração de trabalho e renda detectados acima, situação que permite que amenize as consequências trazidas pelo sistema econômico tradicional.

Em relação aos impactos socioeconômicos que tal processo resulta, Bossle et al., (2012) constataram aspectos relevantes, diante do fato de a ADEC priorizar o vínculo de moradores locais, além de permitir, inclusive, que algumas atividades sejam desenvolvidas em suas residências, medida considerada benéfica para as mulheres envolvidas, que conseguem exercer o ofício sem distanciar da família. Vale destacar que esta prática contribuiu para o fortalecimento da rede, uma vez que teve seu início marcado por sua composição exclusivamente feminina.

Outros avanços promovidos pela prática dos princípios de Comércio Justo que merecem destaque são: incremento e diversificação de rendimentos, promovendo desenvolvimento econômico local; coesão social, a partir de melhores condições de trabalho e convivência; aumento da autoestima dos trabalhadores, contando com ações de conscientização e prevenção de problemas sociais enfrentados pela comunidade; transparência na organização da produção e na comunicação entre toda a cadeia; e, incremento na saúde e segurança no trabalho, uma vez que não utilizam produtos tóxicos (Bossle et al., 2012).

Como visto, houveram ainda outros impactos que contribuíram de maneira geral para o desenvolvimento social dos envolvidos e da região como um todo.

### 3.2 Categoria Síntese: Fortalecimento do Comércio Justo e Solidário no Brasil

Diante do segundo questionamento que norteou esta pesquisa, a análise de conteúdo das referências encontradas na revisão integrativa possibilitou destacar 7 obras que fundamentaram o desenvolvimento desta análise (ver Quadro 3). Observa-se a presença de 2 obras internacionais, e mais da metade das publicações ocorreram entre 2013 e 2015.

AUTOR/ANO	OBJETIVOS	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
Andrada, Cris Fernández e Sato, Leny /2014	Compreender as principais relações entre trabalho e política no cotidiano da rede Justa Trama	Revista <i>Psicologia &amp; Sociedade</i>
Bánkuti, Sandra Mara Schiavi; Bánkuti, Ferenc Istvan; Bouroullec, Melise Dantas Machado./ 2013	Compreender o processo de comércio justo de produção de laranja no norte do Paraná, especificamente no que diz respeito ao apoio dos produtores rurais em Maringá / PR	Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis
Barone, Marcela e Frederico, Samuel./ 2015	Analizar la implantación de la Ciudad del Comercio Justo en Poços de Caldas	Eutopía - Revista de Desarrollo Económico Territorial

Bossle, Marília Bonzanini; Nascimento, Luís Felipe; Trevisan, Marcelo; Figueiró, Paola Schmitt./2012 <sup>a</sup>	Evidenciar como o Comércio Justo, por meio das suas exigências e princípios, pode contribuir para diminuir os efeitos das mudanças climáticas.	Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão
Bouroullec, Melise Dantas Machado e Paulillo, Luiz Fernando/ 2010	Analisar a governança híbrida de um novo mercado internacional para os produtos agrícolas brasileiros: o comércio justo	Gestão & Produção
Frederico, Samuel e Barone, Marcela/2015	Analisar a inserção dos pequenos produtores da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D'Antas, Poços de Caldas (MG), no Comércio Justo	SOCIEDADE & NATUREZA
Ogasavara, Mário Henrique e Araujo, Antonia Lais Costa/2011	Identificar o Comércio Justo como um diferencial competitivo no processo de internacionalização da cooperativa Justa Trama	XXXV Encontro da ANPAD

Quadro 3. Relação autor (es)/ano, objetivo (s) e local da publicação referente ao questionamento: “O Comércio Justo e Solidário está se fortalecendo no Brasil?”

Comparando as referências destacadas nos Quadros 2 e 3, percebe-se que todos os autores do Quadro 2 se repetem, por apresentarem contribuições para ambas categorias sínteses desta pesquisa. No que se refere especificamente ao fortalecimento do CJS no país, foi possível observar que a produção de algodão, de café e de laranja se destaca dentre a literatura. Sobre o grupo Justa Trama, por exemplo, tem-se duas obras cujo objetivo geral foi estudá-la: Andrada e Sato, (2014) e Ogasavara e Araújo, (2011), ambas as obras podem ser caracterizadas como estudos de caso, observando a realidade da rede a fim de atender as demandas de seus objetivos. Além desses autores, Bossle et al., (2012) estudaram o efeito mitigador de mudanças climatológicas do SCJS, com base nas experiências do algodão ecológico, citando como exemplo um dos agregados a rede.

As publicações de Frederico e Barone, (2015) e Barone e Frederico, (2015) têm foco na relação de comércio justo e a produção cafeeira, a primeira volta-se para estudar o cotidiano da ASSODANTAS e seu vínculo com o tema, a segunda trata da Cidade de Comércio Justo, Poços de Caldas (MG), que obteve a certificação em virtude das práticas de CJS também ligadas a produção de café.

Sobre o envolvimento da produção de laranja com o tema, as obras de Bánkuti et al., (2013) e Bouroullec e Paulillo, (2010) foram as bases para constituição das análises do caso. Diante deste fato, avaliou-se analisar esses nichos produtivos com maior atenção, além das vantagens competitivas encontradas na produção via CJS em geral.

### 3.2.1 Cjs e o Fortalecimento por meio do Algodão, Café e Laranja

A Justa Trama é a principal referência encontrada na produção e confecção do algodão. A rede começou a existir através da união de ideias entre a UNISOL (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários Brasil), ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário) e CUT (Central Única dos Trabalhadores). Em 2005 foi lançada, no Rio de Janeiro, a rede Justa Trama, que estabeleceu lugar em lojas internacionais por meio do CJS (Ogasavara e Araújo, 2011). Atualmente a Justa Trama se descreve como maior cadeia produtiva no segmento de confecção da economia solidária, processo que inicia no plantio do algodão agroecológico e vai até comercialização de peças de confecção produzidas com este insumo (JustaTrama, 2016).

Ogasavara e Araújo, (2011) evidenciaram a importância deste grupo para o fortalecimento SCJ brasileiro no mercado internacional:

A Justa Trama vende no mercado internacional além dos fios, peças de roupa acabadas, bolsas e brinquedos de algodão agroecológico. A participação das vendas no mercado externo, em relação ao total de unidades vendidas em 2008, foi de aproximadamente 11%, em 2009 esse resultado foi de 19% e em 2010 esse número, até o mês de outubro, já está em 27% (Ogasavara & Araújo, 2011, p12).

Desta forma, Ogasavara e Araújo, (2011) observaram a ascensão da cadeia produtiva em seu processo de internacionalização. Ainda segundo eles, um dos fatores de impacto sobre a inserção internacional é a possibilidade de crescimento através do acesso a novos mercados (mercado alternativo do CJS), sugerindo que a rede enxerga o mercado internacional sob uma perspectiva ampla e definitiva. De acordo com os dados encontrados por (Andrada e Sato, 2014), em 2010 a rede vendia cerca de 50% dos produtos em espaços da Economia Solidária e ainda, outros 22% no mercado institucional (camisetas e sacolas para eventos) e o restante da produção era voltada para o mercado comercial comum interno. Tratando-se, portanto, de crescer economicamente, mas com uma consideração vigilante a princípios políticos do grupo.

Com o café, a relação brasileira com a produção deste, data desde o início da colonização, mas, através da produção tradicional, venda no mercado internacional e lucratividade para grupos restritos de cafeicultores (Barone e Frederico, 2015; Frederico e Barone, 2015). De acordo com o relatado por Frederico e Barone, (2015) a relação de café com o SCJS inicia-se a crise cafeeira ocorrida nos anos 90, onde a regulamentação das operações com este produto deixou de ser estatal e passou a ser acompanhada por empresas privadas. Como alternativa para pequenos produtores, o CJS possibilitou comercializar seus produtos em novos mercados, pois, paralelo a crise, o mercado consumidor de café do CJS estava expandindo. Os autores afirmam ainda que a inserção dos pequenos produtores brasileiros foi uma medida estratégica da Fair Trade Labelling Organisation Internacional (FLO) para atender a demanda crescente do mercado alternativo e beneficiá-los mediante a crise (Frederico e Barone, 2015).

Em 2012, o site “Café Point” anunciou Poços de Caldas como a primeira Cidade de Comércio Justo dentre as produtoras de café do globo. A região onde se localiza a cidade de Poços de Caldas, em Minas Gerais, já continha empresas certificadas e produtores pequenos trabalhando com objetivo principal de exportar os produtos (Barone e Frederico, 2015). Para Barone e Frederico, (2015) a novidade desta notícia residia na iniciativa de aguçar o consumo de produtos de Comércio Justo nos mercados locais dos países do Sul.

Nesse sentido, a Cidade de Comércio Justo de Poços de Caldas se destaca como a primeira e, até agora, a única municipalidade brasileira que une as três esferas da regulamentação social (governo, empresas e representantes da sociedade civil organizada). Seu objetivo é estabelecer uma maior relação entre o campo e a cidade, através de políticas municipais para estimular o consumo e disseminação de produtos de comércio justo em um país produtor (Barone & Frederico, 2015, p2).

O desenvolvimento da cidade do Comércio Justo representa um avanço no fortalecimento do SCJ no país, principalmente porque popularizou a discussão entorno da produção alternativa e comercialização de produtos produzidos através de critério éticos. Os autores Barone e Frederico, (2015) após terem estudado o caso de Poços de Caldas, constataram que um dos principais desafios ao se tentar estimular o consumo de produtos do CJS é a falta de conhecimento sobre o conceito de CJS, sendo este um dos motivos para a baixa demanda e na opção dos consumidores do mercado interno, no ato de suas compras. Mesmo diante da pouca disseminação da ideia, o autor ainda afirma que existem diversas outras localidades com potencial para tornarem-se Cidades de Comércio Justo, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, onde se concentram a maior parte da riqueza do país (Barone e Frederico, 2015).

Em relação à laranja, o Brasil tem posição de destaque se tratando da participação no mercado citrícola, com a comercialização de laranja. Em 2012, o Brasil foi considerado o maior

produtor de laranja do mundo, responsável por cerca de 39% da produção mundial (Bánkuti et al., 2013). Em relação ao comércio justo, a cadeia certificada começou no país em 1998 (Bouroullec e Paulillo, 2010). O suco de laranja e os produtores de café foram os primeiros a obter a cadeia produtiva certificada, a partir de 1998 (Bouroullec e Paulillo, 2010). Em 2006, a atuação citrícola brasileira no mercado internacional do CJS, estava inferior apenas do percentual de participação do café (Bouroullec e Paulillo, 2010). Em 2013, já existiam no país cinco organizações atuantes no segmento citrícola certificadas com pelo Comércio Justo, todas situadas no Sul da Brasil (Bánkuti et al., 2013).

Atualmente, de acordo com FLO-Cert (2017), existem seis envolvidos com a produção, comercialização e beneficiamento da laranja. O aumento do número de envolvidos, ainda que relativamente lenta, mostra a expansão na participação de mercado do produto nacional. De acordo com Bouroullec e Paulillo (2010), existem algumas incertezas internas e externas que podem vir a retardar o desenvolvimento da comercialização da laranja e seus derivados, sendo as internas relativas a flexibilidade do fornecimento; a especialização ou falta dela por parte da organização da produção da laranja ou do suco; a coordenação quanto as vendas; fatores ambientais como o clima e a ocorrência de pragas; e ainda a adequação dos produtos diante do que se é exigido pelo SCJS.

Em relação à incerteza externa, Bouroullec e Paulillo (2010) observaram que, apesar da evolução e dos esforços, as transações no que tange o fornecimento do suco de laranja no Comércio Justo e Solidário, continua a ser reguladas por normas das instituições privadas e não estavam sendo controladas ou inspecionadas pelas instituições públicas europeias ou mesmo brasileiras. Tal fato, por consequência, gera um ambiente de incertezas, levando as organizações e os importadores a tentativas independentes de coordenação para minimizar tais incertezas.

Apesar de ter havido aumento quantitativo no setor, em comparação ao Café e ao Algodão e de acordo com os estudos analisados, pode-se considerar, que este foi o setor que apresentou menor evolução (dentre os três) quanto ao envolvimento com o CJS e seu fortalecimento, apesar da sua importância dentro da história do CJS brasileiro

## CONCLUSÃO

Referente ao campo das publicações ditas “científicas”, foi possível constatar que o comércio justo não foi tema de grandes aprofundamentos no cenário acadêmico nacional, o que dificultou o levantamento de informações mais recente sobre a temática, em detrimento da sua importância mundial desde a década de 60. Ainda assim, foi possível extrair informações sobre o desenvolvimento do CJS no Brasil, e suas contribuições para o ambiente, o social e seus aspectos de mercado.

De acordo com a análise aqui proposta, foi possível identificar as ações benéficas do CJS para com o meio ambiente, de maneira que suas práticas de produção agroecológicas possibilitaram avanços contra os efeitos nocivos das grandes plantações, principalmente no que tange a redução do uso de agrotóxicos. No entanto, notou-se que há escassez de políticas públicas direcionadas aos pequenos produtores.

Além do seu papel envolvendo a comercialização e a internacionalização de produtos, o comércio justo também tem contribuído para com o desenvolvimento social, principalmente dentre os envolvidos diretamente com a produção, beneficiamento e comercialização do algodão ecológico, evidenciando seu fortalecimento e contribuição ao longo de sua trajetória no cenário nacional.

De acordo com o relacionado ao fortalecimento do sistema, o destaque para a comercialização alternativa se deu por meio de três produtos: Algodão, Café e Laranja. Nos estudos de caso encontrados, que trabalharam com a realidade da cadeia de produção e comércio desses produtos, foi possível detectar fatores que contribuíram com o fortalecimento do CJS, através da certificação dos produtores. Entre os fatores, a eliminação de intermediários nas negociações, sendo estas feitas diretamente entre fornecedor-cliente, gerando rendimentos acima do que antes da venda via CJS.

Ao mesmo tempo, uma barreira encontrada para o avanço ainda maior da adoção das práticas do CJS bem como aumento da demanda por produtos que tragam seus ideais, é a falta de conhecimento pela maioria a respeito de seu conceito e benefícios, mesmo o país tendo potencial para expansão no tema em questão.

## REFERÊNCIAS

- Andrada, C. F., & Sato, L. (2014). Trabalho e política no cotidiano da autogestão: a rede Justatrama. *Psicol. Soc. (Online)*, 26(spe), 3–13. <https://doi.org/10.1590/s0102-71822014000500002>
- Assad, E., & Pinto, H. S. (2008). *Aquecimento global e a nova geografia da produção agrícola no Brasil*. São Paulo.
- Bánkuti, S. M. S., Bánkuti, F. I., & Bourollec, M. D. M. (2013). Incentives to Fair trade certification: the case of orange production in the state of Paraná, Brazil. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, 10(2), 214–237. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2013v10n2p214>
- Barone, M., & Frederico, S. (2015). La ciudad brasileña del comercio justo: una experiencia pionera en Poços de Caldas. *Eutopia - Revista de Desarrollo Económico Territorial*, (7), 59. <https://doi.org/10.17141/eutopia.7.2015.1632>
- Bossle, M. B., Nascimento, L. F., Trevisan, M., & Figueiró, P. S. (2012). O COMÉRCIO JUSTO COMO AGENTE MITIGADOR DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: O CASO DO ALGODÃO ECOLÓGICO. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 10(1), 35. <https://doi.org/10.19094/contextus.v10i1.319>
- Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. de A., & Macedo, M. (2011). O MÉTODO DA REVISÃO INTEGRATIVA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121. <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>
- Bouroullec, M. D. M., & Paulillo, L. F. (2010). Governanças híbridas complementares aos contratos no comércio justo citrícola internacional. *Gestão & Produção*, 17(4), 761–773. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2010000400010>
- Calisto Friant, M. (2016). Comercio justo, seguridad alimentaria y globalización: construyendo sistemas alimentarios alternativos. *Íconos - Revista de Ciencias Sociales*, (55), 215. <https://doi.org/10.17141/iconos.55.2016.1959>
- Caregnato, R. C. A., & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 15(4), 679–684. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>
- FLO Fairtrade International. (2013). Annual Report 2012-2013 – Unlocking the Power. Retrieved December 22, 2017, from [https://www.fairtrade.net/fileadmin/user\\_upload/content/2009/resources/2012-%0A13\\_AnnualReport\\_FairtradeIntl\\_web.pdf](https://www.fairtrade.net/fileadmin/user_upload/content/2009/resources/2012-%0A13_AnnualReport_FairtradeIntl_web.pdf)
- Frederico, S., & Barone, M. (2015). Globalização e cafés especiais: a produção do comércio justo da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D'Antas - ASSODANTAS, Poços de Caldas (MG). *Sociedade & Natureza*, 27(3), 393–404. <https://doi.org/10.1590/1982-451320150303>
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

- JustaTrama. (2016). Quem Somos. Retrieved December 10, 2017, from <https://justatrama.com.br/quem-somos>
- Moore, G. (2004). The Fair Trade Movement: Parameters, Issues and Future Research. *Journal of Business Ethics*, 53(1/2), 73–86. <https://doi.org/10.1023/B:BUSI.0000039400.57827.c3>
- Ogasavara, M. H., & Araújo, A. L. C. (2011). O Comércio Justo como Vantagem Competitiva no Processo de Internacionalização: Um Estudo de Caso da Justa Trama. In *XXXV Encontro nacional de pós-graduação em Administração* (pp. 1–17). Rio de Janeiro: ENANPAD.
- Oliveira, E. B. P. M. de. (2006, November 8). “Uso de periódicos científicos eletrônicos por docentes e pós-graduandos do Instituto de Geociências da USP.” Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.27.2006.tde-18122006-102446>
- Poços de Caldas; PREFEITURA DE POÇOS DE CALDAS. (2012). No Title. Retrieved January 25, 2018, from <http://www.pocosdecaldas.mg.gov.br/site/?p=5838>
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. de. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2nd ed.). Novo Hamburgo: Feevale.
- SEBRAE, & Scheneider, J. (2012a). Relatório da pesquisa mundial de comércio justo: parte 1, 97.
- SEBRAE, & Scheneider, J. (2012b). Relatório da pesquisa mundial de comércio justo: parte 2, 109.
- Silveira, R. C. de C. P., & Galvão, C. M. (2005). O cuidado de enfermagem e o cateter de Hickman: a busca de evidências. *Acta Paulista de Enfermagem*, 18(3), 276–284. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002005000300008>